



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau
Dr. Lau Cheok Va,

Com pedido de admissão, venho, ao abrigo da alínea 5) do artigo 71.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e da alínea b) do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Legislativa, requerer a realização de um debate, em plenário, de questões de interesse público, no qual solicito igualmente que o Governo se faça representar.

Com os melhores cumprimentos.

28 de Maio de 2013.

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Kwan Tsui Hang



Proposta de debate

Apresento, por razões de interesse público, ao plenário da Assembleia Legislativa, uma proposta de debate, com o seguinte tema:

O Governo da RAEM deve, ou não, criar um novo canal, separado do regime de importação de trabalhadores não residentes (TNR), para permitir que os estudantes do exterior que frequentam instituições de ensino superior em Macau possam aqui permanecer e trabalhar?

Nota Justificativa

O Chefe do Executivo, Fernando Chui Sai On, aquando da participação na sessão de perguntas e respostas que ocorreu em Abril do corrente ano na Assembleia Legislativa, afirmou que ia realizar estudos sobre a atracção e a absorção, ou não, de estudantes estrangeiros que frequentam instituições de ensino superior em Macau, a fim de estes aqui permanecerem e desenvolverem a sua profissão, por forma a complementar as necessidades de recursos humanos e de se atingir a diversificação da economia de Macau. Mais tarde, houve quem defendesse que a sociedade já tinha chegado a consenso, reconhecendo-se que, a fim de suprir as insuficiências de recursos humanos em Macau, é necessário permitir que os estudantes que frequentam as instituições locais de ensino superior possam aqui permanecer e trabalhar. Face a isto, eu tenho muitas dúvidas. Neste hemiciclo, esta questão tem suscitado, frequentemente,



opiniões pró e contra. Donde vem, pois, esse consenso?

Apesar de os serviços competentes terem afirmado várias vezes que este assunto ainda está em estudo, o certo é que, no espaço de pouco mais de um mês, têm vindo a surgir fortes reacções na sociedade. Não poucos jovens, trabalhadores pertencentes à camada de base e pais de estudantes se têm manifestado contra este assunto. Preocupam-se com a hipótese de o Governo, após permitir aos referidos estudantes, de forma especial, a permanência e o desempenho de funções em Macau, poder vir mesmo a admitir que estes adquiram a qualidade de residentes, o que não só irá agravar a desordem já registada no mercado laboral, mas também retirar aos locais as oportunidades de emprego e de ascensão social!

Em seguida, o Chefe do Executivo esclareceu que a permanência dos referidos estudantes em Macau para aqui trabalharem não tem que implicar autorização de residência e que nem todos esses estudantes do exterior poderão aqui permanecer para trabalhar, frisando ainda que as medidas ligadas a esta matéria terão por pressuposto evitar criar prejuízos aos empregos dos trabalhadores locais. No entanto, hoje em dia, existem canais que permitem a permanência e trabalho em Macau, assim sendo, se for criado um novo canal, isso tanto vai ter impacto nos actuais regimes de importação de TNR e de imigração, como não irá conseguir ajudar em nada as pequenas e médias empresas que necessitam de recursos humanos.

Face ao exposto, para permitir que os deputados com diferente



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

entendimento sobre esta questão possam exprimir a sua opinião, venho lançar o referido assunto a debate, por ter grande relevância no que respeita aos futuros recursos humanos, à política laboral e de emprego e, até mesmo, à política demográfica.

28 de Maio de 2013.

A deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Kwan Tsui Hang